POR UMA BIOÉTICA EXPERIMENTAL BRASILEIRA
FOR A BRAZILIAN EXPERIMENTAL BIOETHICS

Gabriel Carvalho Fonseca¹
Amanda de Oliveira Valadares²

RESUMO

O presente artigo busca analisar a possibilidade de interpretação decolonial da bioética experimental, cuja hipótese é a existência de uma teoria bioética brasileira, a partir do viés interpretativo decolonial. Para tal, valeu-se da pesquisa bibliográfica, em que foram analisados textos sobre história da bioética, teoria decolonial e regulamentos sobre o tema da pesquisa com seres humanos no país. Assim sendo, reconstruiu-se a notícia histórica da bioética, analisando alguns fatos relevantes, como o holocausto, a criação do Relatório Belmont e a adoção das Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Depois disso, discorreu-se sobre a teoria decolonial, associando-a com o fato histórico do descobrimento das Américas e a imposição política-econômica-social da Europa, fato este que se refletiu na produção dos conhecimentos locais, de maneira em que ocorreu o ocultamento político, social e cultural dos povos originários. Por fim, analisou-se a possibilidade de saída e de interpretação por meio do reconhecimento da pluralidade típicos dos autores decoloniais, de forma que se respeite os diversos conhecimentos produzidos pelas diversas pessoas que vivem na sociedade brasileira. Trata-se de uma pesquisa com vertente jurídico-dogmática.

Palavras-chaves: Pesquisa com seres humanos. Bioética Experimental. Teoria Decolonial. Brasil.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the possibility of a decolonial interpretation of experimental bioethics, whose hypothesis is the existence of a Brazilian bioethical theory, based on a decolonial interpretative bias. To this end, bibliographical research was used, in which texts on the history of bioethics, decolonial theory and regulations on the topic of research with human beings in the country were analyzed. Therefore, the historical news of bioethics was reconstructed, analyzing some relevant facts, such as the Holocaust, the creation of the Belmont Report and the adoption of CNS Resolutions 466/2012 and 510/2016. After that, decolonial theory was discussed, associating it with the historical fact of the discovery of the Americas and the political-economic-social imposition of Europe, a fact that was reflected in the production of local knowledge, in a way in which the political, social and cultural concealment of original peoples. Finally, the possibility of exit and interpretation was analyzed through the recognition of the plurality typical of decolonial authors, in a way that respects the

¹ Mestre em Direito pelo programa Novos Direitos, Novos Sujeitos da Universidade Federal de Ouro Preto. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Lavras. Membro e pesquisador do Laboratório de Bioética e Direito. Email: gabrielcarvalhofonseca@gmail.com.

² Mestra em Ciências Jurídicas Jurídico-Civilísticas pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Pós-graduada em Direito Médico e da Saúde. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pesquisadora do Laboratório de Bioética e Direito. Email: aovalad@gmail.com.

diverse knowledge produced by the different people who live in Brazilian society. This is research with a legal-dogmatic aspect.

Keywords: Research with human beings. Experimental Bioethics. Decolonial Theory. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A saúde é um campo científico ricamente ornado com desenvolvimentos técnicos que denotam a excelência das habilidades cognitivas humanas. Não é preciso ser especialista para notar a expansão de novas formas de investigação e tratamentos desde a mais simples cefaleia até procedimentos cirúrgicos de altíssima complexidade. O que infelizmente não se nota é o custo social e moral que tais circunstâncias causam à sociedade, em especial aos membros mais vulneráveis e necessitados da promoção à saúde.

O campo de estudo que se debruça a estudar as relações de saúde e suas interações com as ciências humanas é a bioética, cuja história é trilhada, eminentemente, em lugares geográfica e economicamente vinculados ao Norte Global. Portanto, trata-se de um instrumento com sério potencial colonizador, visto que suas reflexões são importadas das antigas metrópoles e aplicadas sem a devida reflexão crítica de suas disposições e posicionamentos teóricos.

Diante dessa circunstância, o presente trabalho se vale do método bibliográfico, sob a vertente jurídico dogmática, com o objetivo principal de discutir uma nova forma de proteção à saúde por meio da bioética experimental (aquela que é destinada ao estudo das normas éticas referentes à atividade de pesquisa com seres humanos), interpretada pela teoria decolonial. Para tal intento, discorrer-se-á sobre a história da bioética e como ela foi incorporada no Brasil, além de apresentar os pressupostos teóricos do movimento decolonial para, por fim, apresentar um novo modelo bioético que leve em consideração os aspectos típicos da sociedade brasileira.

2 NOTÍCIA HISTÓRICA DA BIOÉTICA NO MUNDO E NO BRASIL

A bioética pode ter sua origem percebida na Antiguidade, quando surgiram as primeiras preocupações sob o tratamento ético que envolvem médicos e pacientes³. Na verdade, desde a Grécia Antiga já se percebem normas morais que regulamentavam o agir dos profissionais da saúde, com a promoção do bem e da cura dos convalescentes. É o que se depreende do famoso Juramento de Hipócrates⁴:

[...] Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei prazer, nem remédio mortal nem um conselho que induza a perda. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva. Conservarei imaculada minha vida e minha arte. [...]

Todavia, somente no século XX é que a preocupação ética tomou proporções maiores, devido aos efeitos de inúmeros acontecimentos e progressos tecnológicos

³ GOLIZSEK, Andrew. **Cobaias humanas**: a história secreta do sofrimento provocado em nome da ciência. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

⁴HIPÓCRATES. **Juramento de Hipócrates**. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Historia&esc=3>. Acesso em ago 2021.

que ocorreram nesse período. Para Maria de Fátima Freire de Sá e Bruno Torquato de Oliveira Naves, os acontecimentos mais sérios provocados foram a utilização das bombas atômicas e os experimentos realizados pelos alemães nos campos de concentração nazistas⁵. Diante dessas circunstâncias, questionou-se a bondade que se compreendia inerente às atividades de cuidado à saúde.

A perplexidade causada no mundo diante dos acontecimentos nos campos nazistas fez com que os Estados se movimentassem para acabar com qualquer possibilidade de retorno de crueldades provocadas pela ciência. Diversas iniciativas foram tomadas, de forma que se restringiriam a atuação dos profissionais de saúde à promoção do bem-estar dos pacientes, mas respeitando suas vontades e projetos de vida.

Nesse ínterim, nasce a primeira tentativa de normas a serem aplicadas em contextos de saúde, mais especificamente no campo da experimentação com seres humanos: o Código de Nuremberg. Trata-se do resultado do julgamento do tribunal situado naquela cidade alemã, que, ao condenar profissionais de saúde que atuaram nos campos de concentração, estabeleceram 10 postulados para atuação biomédica como promoção da autonomia dos pacientes, limitação de participação científica de sujeitos incapacitados, garantia do consentimento informado, dentre outros⁶.

Todavia, apesar da inovação trazida pelo Código, sua validade não encontrou acolhida no meio científico. Na verdade, reconhece-se que suas disposições foram insuficientes pelo fato de que seu texto deve ser interpretado para aplicação somente na Alemanha, além do fato da continuidade de experimentos científicos antiéticos ao redor do mundo. Outra razão também foi a premissa de que o consentimento informado era burocrática e atrasava o progresso científicos, como já fora dito em outra oportunidade⁷.

Diante dessa realidade, novas normas precisaram ser pensadas para fazer com que os pacientes ou participantes de pesquisa fossem efetivamente protegidos. Por iniciativa americana, por meio da chamada *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research*, foi criado o famoso Relatório Belmont, que estabelecia os princípios éticos básicos que regulamentariam, a princípio, as pesquisas com seres humanos e, posteriormente, foram expandidas para qualquer relação de saúde⁸.

Estes princípios são numerados em quatro: autonomia, beneficência e justiça, sendo, *a posteriori*, acrescentado o da não-maleficência. Tais normas serviram de base para documentos internacionais, como a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos – DUBDH - (a nível mundial) e a Convenção de Oviedo (a nível europeu). Em âmbito nacional, todos esses documentos, desde Nuremberg até a

⁵ SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e Biodireito**. 6. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208911/epub/16>. Acesso em abr 2024.

⁶GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO. **Código de Nuremberg**. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/files/CODIGO%20DE%20NEURENBERG.pdf>. Acesso em abr 2024.

⁷ Conferir: LUNA, Florencia. Consentimento livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa. In: DINIZ, Debora et al. **Ética em Pesquisa: temas globais**. Brasília: Editora UnB, 2008; FONSECA, Gabriel Carvalho. **A qualificação jurídica do assentimento informado em contextos de pesquisa com crianças e adolescentes**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 191pp. 2022.

⁸ SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e Biodireito**. 6. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208911/epub/16>. Acesso em abr 2024.

DUBDH, foram essenciais para a criação de normas de natureza bioética em território brasileiro.

A primeira normativa se deu em 1988, por meio da resolução nº 1 do Conselho Nacional de Saúde, órgão responsável pela análise ética de pesquisas que envolvam seres humanos. Apesar do ineditismo, foi uma regulamentação que não encontrou plena eficiência no meio científico nacional, precisando passar por uma séria reconstrução, que culminou na famosa CNS 196/1996⁹.

No que tange à CNS 196/1996, ressalta-se a sua busca pela valorização da autonomia do participante de pesquisa, promoção dos benefícios aos que se submetem a um protocolo de investigação, distribuição equânime e justa dos encargos e benefícios aos participantes e, por fim, a proibição de condutas que provoquem prejuízo claro às pessoas. Há de se ressaltar uma melhor estruturação do chamado “termo de consentimento livre e esclarecido”, que então passa a ser obrigatório em grande parte das pesquisas realizadas em território nacional¹⁰.

Apesar da importância daquela resolução, era preciso atualizá-la com os avanços teóricos e jurídicos que documentos internacionais instavam o país a aceitar. Além disso, foi preciso desenvolver o sistema de proteção ao participante de pesquisa, por meio da chamada Plataforma Brasil, que une todos os registros de protocolos dos Comitês de Ética em Pesquisa existentes no território brasileiro. É preciso destacar, também, a insuficiência da CNS 196/1996 para abarcar pesquisas com seres humanos que são realizadas em outras áreas, como as ciências humanas e psicológicas, já que seu modelo de compreensão era vocacionado às pesquisas biomédicas¹¹.

Assim, novas regulamentações sobre a pesquisa com seres humanos surgiram: CNS 466/2012 e CNS 510/2016. A primeira diz respeito às pesquisas realizadas nos contextos biomédicos e a segunda às pesquisas em ciências humanas. Tal feito foi considerado um grande avanço, em especial na tentativa de alinhamento do Brasil à regulação do tema da pesquisa com seres humanos no restante do mundo¹².

Do ponto de vista biomédico, as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) também bebem da mesma principiologia e fazem referência aos mesmos documentos internacionais das normativas de ética em pesquisa. O que se nota é que existe uma padronização global da perspectiva bioética, por meio da importação de normas éticas estrangeiras, sendo aplicadas em territórios que, muitas vezes, não têm oportunidade de desenvolver suas próprias noções sobre o assunto, que reflitam sua construção social e seus valores. Diante disso, como lidar com essa “colonização normativa” que acontece no Brasil, de acatar normas estrangeiras que no seu cerne não foram concebidas para a realidade nacional?

⁹ TEIXEIRA, Thaminy; BRAZ, Anna Luiza. CARVALHO, Gabriel. A ética em pesquisa com seres humanos no Brasil: CNS 01/1988. **Colunas do LABB**. Lavras, 2018. Disponível em: <https://gustavoleiteiribeiro.wixsite.com/site2/post/coluna-a-%C3%A9tica-em-pesquisa-com-seres-humanos-no-brasil-cns-01-1988>. Acesso em: fev. 2022.

¹⁰ BRAZ, Anna Luiza; CARVALHO, Gabriel; TEIXEIRA, Thaminy. A ética em pesquisa com seres humanos no Brasil: CNS 196/1996. **Colunas do LABB**. Lavras, 2018. Disponível em: <https://gustavoleiteiribeiro.wixsite.com/site2/post/coluna-a-%C3%A9tica-em-pesquisa-com-seres-humanos-no-brasil-cns-196-1996>. Acesso em: fev. 2022.

¹¹ FONSECA, Gabriel Carvalho. **A qualificação jurídica do assentimento informado em contextos de pesquisa com crianças e adolescentes**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 191pp. 2022.

¹² NOVOA, Patrícia Correia Rodrigues. O que muda na Ética em Pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. In: **Einstein**, São Paulo, vol. 12, n. 1, Jan-Mar 2014, pp. VII-VIX. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082014ED3077>. Acesso em: abr 2024.

3 A INTERPRETAÇÃO DECOLONIAL

Para entender o processo de decolonialidade, é preciso retornar à história e entender o processo de dominação de um ente poderoso sobre outro vulnerável. Trata-se de uma percepção eminentemente política e de exercício de poder construída por séculos, até culminar no conceito da Modernidade, central para análise de conjuntura da realidade científica brasileira. Na verdade, esse é um conceito que passou por uma gestação de centúria de anos nas cidades medievais, que se tornaram centros de livre criatividade e circulação de mercadorias, para que constituísse o “ego” moderno, que se identificava enquanto sujeito central e finalístico da história¹³.

Porém, somente com os descobrimentos e o desenvolvimento da economia sustentada pelo capital, a Europa pôde desenvolver um projeto de dominação e submissão das novas terras e de seus povos recém-encontrados. Ou seja, como lugar de avanços técnicos e de grande desenvolvimento econômico, encontra na saída pela busca de novas rotas comerciais (que culmina na dominação de novos territórios), o momento perfeito de importar e impor seu modo de vida, de cultura e de sociedade na América e demais territórios conquistados¹⁴.

Essa dominação é fundamentada no que Enrique Dussel chama de “eurocentrismo”, a concepção de que grande parte da humanidade padece de imaturidade culpável, de forma que os europeus teriam a obrigação moral de “educar” completamente os novos indivíduos, de forma que superem sua barbárie. Para esta conquista, pautou-se por um processo militar prático e violento que subjuga os sujeitos originários por meio de um enfrentamento desigual, obscurece e oculta seus saberes, suas culturas e estruturas sociais¹⁵.

O que se nota é que, mesmo após o processo de independência política do Brasil, ainda há resquícios de interferência estrangeira no país. Nesse sentido, constata-se que as estruturas coloniais foram mantidas por meio da dominação econômica e da manutenção de um sistema social estruturalmente excludente, negando-se voz e manifestações de sujeitos, culturas e conhecimentos¹⁶. Essa lógica é denominada de colonialidade¹⁷.

É de se ressaltar que a colonialidade pode se expressar em três dimensões: do poder, do ser e do saber¹⁸. Para estas letras, a colonialidade do saber expressa-se como a mais importante, devido ao fato de o objeto de discussão ser a importação

¹³ DUSSEL, Enrique. 1492 – El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.

¹⁴ DUSSEL, Enrique. 1492 – El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.

¹⁵ DUSSEL, Enrique. 1492 – El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.

¹⁶ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mai. 2024.

¹⁷ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mai. 2024.

¹⁸ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mai. 2024.

impositiva de um modelo de sistematização da bioética, que não leva em consideração as circunstâncias próprias do Brasil. Assim sendo, compreende-se como colonialidade do saber o poder de uma potência de caráter colonial, em especial da Europa, que centraliza e impõe como única forma possível de produção e validação científica¹⁹.

A imposição dos conhecimentos europeus se reflete em todos os âmbitos científicos, em especial no Direito. Não é à toa que o sistema legal brasileiro é a continuação daquele instituído pela metrópole portuguesa na sua colônia americana de então e que continuou sendo reproduzido mesmo após a independência política, em 1822. É preciso superar a colonialidade do saber como circunstância de ocultamento do conhecimento produzido em terras brasileiras.

A decolonização aparece como alternativa epistêmica, fazendo com que os conhecimentos eminentemente nacionais, incluídos os tradicionais,²⁰ ocupem local de especial consideração, não sendo mais relegados a saberes ocultados. Nesse sentido, concorda Walter Mignolo²¹, que diz:

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/ modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial.

Faz-se mister deixar claro que a intenção pensada pela decolonialidade não é, exatamente, a destruição de toda e qualquer ciência produzida pelas potências político-econômicas, mas antes de tudo reconhecer seu papel de subalternização de pessoas, linguagens, religiões e subjetividades que foram ocultadas pela pretensa superioridade epistemológica. O ideal decolonial é a coexistência das múltiplas possibilidades de saberes, excluindo o caráter de superioridade entre eles, até porque “[...] pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade”²².

¹⁹ ALVES, Heliana Castro. Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 31, n. spe, p. 195-200, dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/VmmqfgFSf4xRd6STQZPr8Rv/abstract/?lang=pt>. Acesso em mai 2024.

²⁰ Para a ciência atual, os conhecimentos tradicionais ocupam um papel pouco relevante, já que não se submetem à lógica metodológica típica da ocidentalidade. Para mais sobre o tema, conferir: OLIVÉ, León. Por una autentica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León et al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/>. Acesso em: mai 2024.

²¹ MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/tatiana/classes/ppgd-pluralismo-epistemol%C3%B3gico/materials/desobedi%C3%Aancia-epist%C3%Aamica-walter-mignolo>. Acesso em mai 2024. p. 288.

²² MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/tatiana/classes/ppgd-pluralismo-epistemol%C3%B3gico/materials/desobedi%C3%Aancia-epist%C3%Aamica-walter-mignolo>.

4 CAMINHOS PARA UMA BIOÉTICA EXPERIMENTAL EMINENTEMENTE BRASILEIRA

Como já foi visto, a bioética nasce em um contexto europeu, mas ganha corpo científico, moral e legal por meio dos princípios do Relatório Belmont, desenvolvido nos Estados Unidos. Isso demonstra que toda a base científica desse novo ramo nasce no âmbito epistemológico de dominação. Não é por acaso que tais princípios inspiraram as normativas brasileiras e internacionais, como a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas²³.

A partir disso, questiona-se: como transformar a bioética produzida no Brasil em uma ciência decolonial? A resposta está na compreensão e na superação do conceito de sociedade do conhecimento. Em primeiro lugar, sociedade do conhecimento são aquelas cujo aprimoramento complexo são as bases para o sistema de produção econômica, conforme leciona León Olivé²⁴. O grande problema dela é que reduz os conceitos de conhecimentos e de sociedade, deixando de lado aspectos relevantes como a multiculturalidade e a pluralidade inerente de certos povos, como os sul-americanos²⁵.

Por meio do viés da pluralidade, é imprescindível que o modelo científico de condução de pesquisas com seres humanos seja democrático, justo e multicultural, com mecanismos que garantam proteção e desenvolvimento a todos os sujeitos participantes de pesquisas, respeitando suas capacidades, planos de vida e com padrões aceitáveis de respeito às culturas que lhes são caras²⁶. Ao se aplicar esta hermenêutica, ocorre o giro decolonial²⁷: por meio da resistência teórica, prática, política e epistemológica, a bioética experimental brasileira tem como oportunidade reconstruir seus fundamentos, considerando a complexidade que lhe é inerente: com uma história rica; com população multicultural, multiétnica e plural; com conhecimentos produzidos de forma diversa.

Nesse sentido, inovar é essencial, com ações visando desenvolvimentos e valorizando pluralidades. É possível refletir cinco condições que farão a bioética brasileira se tornar mais plural e decolonial²⁸:

epistemol%C3%B3gico/materials/desobedi%C3%A7%C3%A3o-epist%C3%A2mica-walter-mignolo. Acesso em mai 2024. p. 304.

²³ Essa influência é facilmente percebida no conteúdo principiológico previsto na própria normativa: autonomia (art. 5º, 6º e 7º), justiça (art. 10º), beneficência (art. 15º) etc. Para maiores informações, conferir: UNESCO. **Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por. Acesso em mai. 2024.

²⁴ OLIVÉ, León. Por uma autentica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León et al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/>. Acesso em: mai 2024.

²⁵ OLIVÉ, León. Por una autentica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León et al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/>. Acesso em: mai 2024.

²⁶ OLIVÉ, León. Por una autentica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León et al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/>. Acesso em: mai 2024.

²⁷ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mai. 2024.

²⁸ Estes requisitos foram adaptados dos pensados por León Olivé, para fomento, proteção e valorização de conhecimentos tradicionais, considerados por meio do processo de decolonialidade. Para maiores informações, conferir: OLIVÉ, León. Por una autentica interculturalidad basada en el reconocimiento

- a) Que sejam desenvolvidas ações para estudo e proposição de soluções a problemas específicos da realidade brasileira;
- b) Garantia de promoção de infraestrutura para acesso de dados, bancos de informação e diversos meios de propagação de conhecimentos que valorizem as características geográficas, ecológicas e culturais dos pesquisadores e participantes de pesquisa;
- c) Criem-se sociedades, grupos e redes de inovação que sejam capazes de gerar seus próprios conhecimentos, que não pode estar previamente construído ou que não está disponível para ser provado, destinados aos povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos e quilombolas);
- d) Os conhecimentos devem ser protegidos, independentemente de sua origem, para que sejam promovidos, aproveitados e recuperados na medida de seus registros;
- e) Que a estrutura dessas sociedades, grupos ou redes de inovação sejam democráticas, com conhecimentos que não tenham hierarquizações e que permita a contribuição e geração de conhecimentos por meio de ações voltadas à solução de problemas locais, considerando as capacidades e habilidades dos membros de tais estruturas.

Além disso, é imprescindível que as próprias normativas também façam referências às pluralidades tipicamente brasileiras. O que se percebe das normas do Conselho Nacional de Saúde é que elas não tiveram o cuidado de representar toda a complexidade brasileira. Na verdade, a CNS 466/2012 é eminentemente voltada somente para as pesquisas de cariz biomédico, não contendo nenhuma referência ao pluralismo científico. Foi preciso uma nova resolução, a 510/2016, para abarcar as ciências humanas, com uma única menção ao pluralismo científico.

Neste sentido, não se acredita que novas normas sejam necessárias, porém reformas precisam ser realizadas, em especial para proteção e investimentos nos conhecimentos produzidos pelos povos tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas letras, esboçou-se uma rápida linha do tempo para compreensão do contexto de pesquisas com seres humanos, seja em campo mundial como no âmbito brasileiro. Percebeu-se, assim, que a preocupação bioética surge por meio de desastres envolvendo participantes de pesquisa científicas. Tais infortúnios tentaram ser justificados pelos benefícios que os resultados trariam para a sociedade, porém percebeu-se que somente benefícios não poderiam solapar a dignidade inerente de cada ser humano.

Foi preciso criar normas éticas e jurídicas para proteger quem participasse de pesquisas, que nasceram em países desenvolvidos e que depois espalharam-se por todo mundo até chegar ao Brasil. Esta adoção de normas e postulados estrangeiros conseguiu promover proteção aos indivíduos que participam de protocolos de pesquisa no país, mas ao custo de ser uma importação, que não tem como destinatários originais os sujeitos plurais que vivem em terras brasileiras.

de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León et al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/>. Acesso em: mai 2024.

Percebe-se a continuidade do processo de colonização, pois os conhecimentos foram inseridos no país por meio da adoção de pressupostos que lhes são estranhos, advindos de potências coloniais, que ainda dominam a cena internacional, impondo uma única forma de produzir ciência. Há, portanto, supressão das peculiaridades próprias da realidade brasileira, em especial a pluralidade social e epistemológica que existe em território nacional.

É imprescindível uma nova forma de encarar a bioética e os pressupostos para pesquisa científica. Na verdade, torna-se essencial reinterpretar a realidade, reconhecendo que o contexto da pesquisa no Brasil é plural. A maneira que melhor permitirá esta independência epistemológica é por meio da hermenêutica decolonial, que reflete a ciência por meio das lentes do reconhecimento e da superação do ocultamento de formas de conhecimento tradicionais.

Por fim, é preciso ressaltar que somente quando iniciativas de valorização dos conhecimentos nacionais forem institucionalizadas é que haverá, de fato, a superação da colonialidade do saber, que é tão presente no âmbito acadêmico e científico nacional. Somente assim, existirá, *de fato* e *de juris*, uma bioética experimental eminentemente verde e amarela.

REFERÊNCIAS

ALVES, Heliana Castro. Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. spe, p. 195-200, dez 2019.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/fractal/a/VmmqfgFSf4xRd6STQZPr8Rv/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: mai. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: mai. 2024.

BRAZ, Anna Luiza; CARVALHO, Gabriel; TEIXEIRA, Thaminy. A ética em pesquisa com seres humanos no Brasil: CNS 196/1996. **Colunas do LABB**. Lavras, 2018.

Disponível em: [https://gustavoleiteribeiro.wixsite.com/site2/post/coluna-a-](https://gustavoleiteribeiro.wixsite.com/site2/post/coluna-a-%C3%A9tica-em-pesquisa-com-seres-humanos-no-brasil-cns-196-1996)

<https://gustavoleiteribeiro.wixsite.com/site2/post/coluna-a-%C3%A9tica-em-pesquisa-com-seres-humanos-no-brasil-cns-196-1996>. Acesso em: mai. 2024.

DUSSEL, Enrique. **1492** – El encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.

FONSECA, Gabriel Carvalho. **A qualificação jurídica do assentimento informado em contextos de pesquisa com crianças e adolescentes**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 191pp. 2022.

GOLIZSEK, Andrew. **Cobaias humanas**: a história secreta do sofrimento provocado em nome da ciência. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO. **Código de Nuremberg**. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/files/CODIGO%20DE%20NEURENBERG.pdf>. Acesso em abr 2024.

HIPÓCRATES. **Juramento de Hipócrates**. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Historia&esc=3>. Acesso em: mai 2024.

LUNA, Florencia. Consentimento livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa. In: DINIZ, Debora et al. **Ética em Pesquisa: temas globais**. Brasília: Editora UnB, 2008.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/tatiana/classes/ppgd-pluralismo-epistemol%C3%B3gico/materials/desobedi%C3%Aancia-epist%C3%AAmica-walter-mignolo>. Acesso em mai: 2024.

NOVOA, Patrícia Correia Rodrigues. O que muda na Ética em Pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. In: **Einstein**, São Paulo, vol. 12, n. 1, Jan-Mar 2014, pp. VII-VIX. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082014ED3077>. Acesso em: mai. 2024.

OLIVÉ, León. Por una autentica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León et al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/olive/>. Acesso em: mai 2024.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e Biodireito**. 6. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/208911/epub/16>. Acesso em: mai. 2024.

TEIXEIRA, Thaminy; BRAZ, Anna Luiza. CARVALHO, Gabriel. A ética em pesquisa com seres humanos no Brasil: CNS 01/1988. **Colunas do LABB**. Lavras, 2018. Disponível em: <https://gustavoleiteribeiro.wixsite.com/site2/post/coluna-a-%C3%A9tica-em-pesquisa-com-seres-humanos-no-brasil-cns-01-1988>. Acesso em: mai. 2024.

UNESCO. **Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por. Acesso em: mai. 2024.